
--- No dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e cinco, pelas dezanove horas e cinquenta minutos, reuniu, no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pelo deputado municipal João Paulo Melo Simões, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, com a presença dos seguintes deputados municipais:-----

PS - Partido Socialista-----

Daniel Vitorino Bernardo Lima -----
Ana Rita Andrade Costa Dinis Pires -----
Tânia Sofia dos Santos Portela -----
João António Leal Cruz Franco -----
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão -----
Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias -----
Carla Sofia do Carmo Pires -----
José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro -----
Eunice Filipa Alexandre Camilo Ramos Proença -----
João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira -----
João Filipe de Jesus Pinto -----
João Manuel de Araújo Pereira -----
João Pedro Serra Costa (substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas) -----
Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação) -----
Mário António Pereira Bernardo (substituto do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho)-----
Joana Teresa Cardoso Feitor Almeida (substituta do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela)-----
Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo (substituto do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas) -----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

João Paulo Melo Simões -----
Maria de Fátima Amaral -----
Élio Alexandre Capricha Matias -----
Tânia Cristina Mateus Costa -----
Elisa Pinto Canelas Boaventura -----

Acardy Kedy Santos Nazaré da Trindade -----
Marta Seixas Parente -----
Ana Cristina Jacinto da Silva Capitão Tiago Raquel -----
Ana Maria Nunes de Almeida -----
Patrícia Isabel Pedrosa Fernandes -----
Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões)-----
António Manuel Pombinho da Costa Guilherme (Presidente da Junta de Freguesia de Loures) --
João da Silva Florindo (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão
e São Julião do Tojal) -----

PPD/Partido Social Democrata-----

Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----
Armando Manuel Pedroso Militão -----
Daniela Romana Monteiro Afonso Matos -----
Bernardo Matias Barbosa -----
Catarina Alexandra Soares Lopes-----
Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)-----

CH - Chega-----

Luís Filipe Pereira Direitinho-----
Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro -----

BE - Bloco de Esquerda-----

Rita Lage Sarrico -----

IL – Iniciativa Liberal-----

Tiago Filipe Jorge da Silva-----

PAN - Pessoas-Animais-Natureza-----

Pedro Miguel Guerreiro Nunes dos Santos -----

- Estiveram ausentes nesta sessão os seguintes deputados municipais: -----

Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de
Moscavide e Portela) – PS-----
Patrícia Isabel Morgado de Almeida (CH)-----

--- Concluída a chamada, com a presença de 41 deputados municipais e verificada a existência
de quórum, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, declarou aberta a
reunião. -----

PERÍODO PRÉVIO -----

- No início da sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, João Paulo de Melo Simões, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal Youtube da Câmara Municipal de Loures. -----

- Foi informado que por ausência da Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Susana de Fátima Carvalho Amador, a Mesa ficaria com a seguinte constituição: -----

Presidente da Mesa, em exercício: João Paulo Melo simões -----

Primeira Secretária da Mesa, em exercício: Daniela Romana Monteiro Afonso Matos -----

Segundo Secretário da Mesa, em exercício: João Pedro da Silva Mendes dos Santos Ferreira. --

- Foi igualmente dado conhecimento a todos os deputados municipais e disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão da Assembleia Municipal, a correspondência recebida desde o dia dezoito de setembro até vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco. -----

- Seguidamente passou-se à aprovação de atas: -----

Aprovação da ata n.º 66 (Sessão realizada em 21.11.2024) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 38 PRESENCAS, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. -----

Aprovação da ata n.º 67 (Sessão realizada em 12.12.2024) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 38 PRESENCAS, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. -----

Aprovação da ata n.º 68 (Reunião realizada em 19.12.2024) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 38 PRESENCAS, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA REUNIÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. -----

Aprovação da ata n.º 69 (Reunião realizada em 20.12.2024) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 38 PRESENCAS, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA REUNIÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. -----

Aprovação da ata n.º 70 (Reunião realizada em 09.01.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 38 PRESENCAS, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA REUNIÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. -----

Aprovação da ata n.º 71 (Sessão realizada em 13.02.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 38 PRESENÇAS, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. -----

Aprovação da ata n.º 72 (Reunião realizada em 20.02.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 38 PRESENÇAS, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA REUNIÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. -----

Aprovação da ata n.º 73 (Sessão realizada em 13.03.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 38 PRESENÇAS, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. -----

Aprovação da ata n.º 74 (Sessão realizada em 27.03.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 38 PRESENÇAS, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. -----

Aprovação da ata n.º 75 (Sessão realizada em 25.04.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 38 PRESENÇAS, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, informou que foi apresentado um documento à Mesa, tratando-se de uma **Recomendação do BE, intitulada “Criação do Conselho Municipal da Habitação”**. -----

- Antes da admissão do documento, intervieram: -----

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS), mencionou que não era que não considerassem que a criação do Conselho Municipal de Habitação não tivesse a sua clara validade e a ponderação que deveria existir para a sua criação. No entanto, entendiam que, face ao facto de estarem no fim de mandato, sendo a última Assembleia Municipal e tendo em consideração o carácter consultivo daquele Conselho, o Partido Socialista perguntava à deputada municipal Rita Sarrico se não poderia eventualmente ponderar deixar aquela apresentação para o próximo mandato. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), disse compreender a proposta do Partido Socialista., no entanto, como havia sido dito, estavam em exercício de funções até ao final do mandato. Era uma recomendação e estava em crer de que, mesmo que a composição do Executivo mudasse no próximo mandato, teriam acesso às recomendações aprovadas pela Assembleia Municipal.

Acrescentou que não retiraria o documento, mas que mantinha o compromisso e assumia também, através da recomendação do Partido Socialista, que, se a composição do próximo mandato da Assembleia Municipal o permitisse, poderiam voltar a apresentar e aprofundar alguns temas, convidando até as outras forças partidárias a apresentarem uma proposta conjunta para a criação desse Conselho Municipal. Declarou que iria manter o documento.

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS), realçou que a sua intervenção, de forma nenhuma, colocava em questão a legitimidade democrática para a apresentação de uma recomendação e a sua eventual aceitação ou não. Assim, mantendo o Bloco de Esquerda o documento, mencionou que, mesmo com as considerações que julgavam ser bastante válidas para um compromisso futuro, entendiam que a apresentação era claramente extemporânea. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Loures, em exercício, colocou à admissão o documento, tendo o mesmo sido admitido por votação nominal e por maioria. -----

Foi dada a palavra à deputada municipal Rita Sarrico (BE), para a apresentação do documento.

- Rita Lage Sarrico (BE), mencionou que não estava a planear fazer a apresentação do documento e que gostaria de o deixar para discussão, no entanto, devido à situação que acabara de ocorrer, compreendia que estivessem no final do mandato. Acreditava que qualquer momento era adequado para debater as questões relacionadas com a habitação e o que poderiam fazer nesse âmbito, além de como poderiam contribuir para o desenvolvimento de políticas habitacionais do Concelho. O objetivo daquela proposta era esse, surgiu como resposta à informação que a senhora Vice-Presidente lhe dera sobre a carta municipal de habitação, que estava em processo de finalização antes de ir a consulta pública. O momento da apresentação daquela proposta era exatamente por causa disso, pois, assim como o que havia ocorrido em Lisboa, era necessário que existisse um conselho municipal que pudesse receber propostas para discutir com vários agentes do Concelho, de diversas áreas de intervenção com representatividade, não só das forças políticas, mas também das forças vivas do Concelho. Expressou o desejo de que todos pudessem, em conjunto, desenvolver políticas numa das matérias mais urgentes, onde haviam ocorrido consequências graves no Concelho, afirmando que esse era o propósito. Realçou que, visto que a posição do Partido Socialista já havia sido apresentada, reiterou que, se a composição do próximo mandato o permitisse, teria todo o gosto em voltar a trazer aquela proposta e até aprofundá-la de outra forma. Lançou o convite para que as restantes forças partidárias que concordassem com a criação desse Conselho Municipal se juntassem. Independentemente do resultado da votação, esperava que conseguissem chegar a um entendimento e realizar uma discussão que pudesse resultar numa proposta conjunta para a criação desse Conselho. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), fez uma intervenção que aquando a votação do documento, solicitou que a mesma constasse enquanto declaração de voto. A intervenção teve

o seguinte teor: Apesar de termos votado contra a admissão do documento, o nosso sentido de voto relativamente à recomendação feita pelo Bloco de Esquerda, é no sentido de votarmos contra por várias questões, não pelo tema em si. Percebemos perfeitamente a importância do tema da habitação em Loures. Já tivemos a oportunidade de discutir esta situação. Mas o primeiro argumento é desde logo o facto do documento ser extemporâneo ou ser no momento em que é apresentado, até porque, apesar de estarmos no momento que é particular, isso não significa naturalmente, como já foi aqui referido, que o documento seja apresentado, porque não há alturas ideais para se discutir os temas. -----

Para além disso, já foi aqui dito que a carta municipal de habitação ainda está em elaboração por parte do executivo. Portanto, entendemos que se calhar, era preferível termos os mecanismos todos aprovados aqui nesta casa e depois, então podemos passar eventualmente a uma criação deste Conselho. -----

Depois o terceiro tópico está relacionado com o facto de nós termos uma Comissão aqui na nossa Assembleia Municipal, que tem como objeto a própria habitação e, de certa maneira, pode atingir o desidrato relativamente à reunião com as entidades que são mencionadas no ponto número três. Portanto, temos aqui a Comissão de Território que tem no seu objeto a habitação e que pode também trabalhar neste aspeto. Depois, a criação do próprio Conselho parece a nós, que é criar mais burocracia quando em matéria de habitação, o que se precisa é uma maior agilização dos processos e a desburocratização dos mesmos. De facto, para se fomentar a construção para que consiga existir respostas para idosos, famílias que necessitem, jovens que têm dificuldade a aceder ao mercado de habitação e, portanto, no nosso entendimento, a criação deste Conselho pode parecer estar a colocar burocracia em cima e pode não ser consensual nas entidades que depois o venham a representar. -----

Por último, pode também aqui neste conselho haver um problema de legitimidade de representação dos locais, ou seja, nós temos situações no Concelho de Loures, em que há, de facto, associações de moradores e noutras não e, portanto, para nós parece poder haver aqui alguns problemas de legitimidade que podem naturalmente comprometer os bons trabalhos deste Concelho. -----

- João António Leal Cruz Franco (PS), afirmou que, em coerência, mantinham a posição que tinham assumido aquando da admissão da votação da proposta, realçando que essa era uma questão que mantinham por uma razão extremamente simples. Mencionou que estavam na última sessão da Assembleia Municipal e que, embora todos tivessem a legitimidade para votar sobre as questões que surgissem, parecia duvidoso querer já marcar a agenda política do próximo mandato da Assembleia Municipal, sem desconsiderar a aplicação do princípio da continuidade dos mandatos. De qualquer forma, destacou que, sobre essa matéria, o Partido Socialista não temia ser confrontado politicamente. Recordou que tinham obras realizadas, incluindo cento e vinte milhões de euros gastos em habitação para a construção de quatrocentos e setenta e nove fogos, e que estavam a reabilitar bairros históricos, além de outras questões

que eram de conhecimento público e que haviam sido discutidas ao longo de todo o mandato, especialmente na última sessão da Assembleia Municipal. Por isso, a posição do Partido Socialista era contrária à aprovação daquela recomendação, embora compreendessem que essa era uma questão que precisava ser debatida politicamente a todo o momento no Concelho. ---

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS afirmou que, além de tudo o que já havia sido exposto, havia uma questão técnica levantada pelo deputado do Chega, a qual fazia sentido e estava relacionada ao facto de que a carta municipal de habitação ainda não havia sido elaborada e aprovada, e de que um órgão consultivo estava a ser criado de forma extemporânea. Mencionou que a posição do Partido Socialista deveria ser reconsiderada e que haviam solicitado a retirada da proposta, oferecendo-se para colaborar na elaboração de uma recomendação mais aprofundada e adequada. Também destacou um pormenor importante: na composição do Conselho proposto, estariam, em segundo lugar, os representantes de cada grupo político na Assembleia Municipal, o que exigia uma reflexão sobre um mandato que fosse levado do princípio ao fim. Mencionou que, naquele momento, não era apropriado, e que deveria ter apresentado a questão há mais tempo, o que poderia ter levado a uma posição diferente. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), fez uma intervenção que aquando a votação do documento, solicitou que a mesma constasse enquanto declaração de voto. A intervenção teve o seguinte teor: *Gostaríamos de começar por dizer o seguinte: as recomendações à Câmara podem ser de cada um dos deputados municipais. Cada um de nós pode fazer recomendações à Câmara. E podem ser da Assembleia Municipal e, portanto, quando são da Assembleia Municipal, terão que ser discutidas aqui e aprovadas aqui, nada impede que seja qual for o resultado desta votação, ou se for contra, a senhora deputada não a possa enviar enquanto tal para a Câmara, portanto, nada disto impede rigorosamente nada. Às vezes pensamos que somos uma Assembleia da República de Loures. A implantação da República aqui foi a 4 de Outubro, mas a República é portuguesa, não é? Não há a República de Loures, portanto, muito menos a Assembleia da República de Loures, isto é uma Assembleia Municipal com competências próprias, com um quadro de funcionamento próprio, efetivamente vacatura do poder não existe nem aqui nem em lado nenhum. E, portanto, o facto de haver eleições em 12 de Outubro, nada impede que possa ser convocada uma Assembleia Municipal. E tem que haver uma Assembleia com carácter de urgência para discutir, não sei o quê. Portanto, dizemos à partida, esta é a última. Tudo indica que sim, mas pode ser a penúltima. Portanto, esta introdução toda para dizer o seguinte: pouco me importa, como é que em Lisboa está este problema tratado; pouco me importa para o caso, importa-me para este caso, aquilo que diz a lei de bases da habitação, que é a lei que regula e enquadra esta possibilidade. E não é a possibilidade de existir um conselho municipal de habitação, mas é a possibilidade de existir um conselho local da habitação. Penso que não seremos tão megalómanos como a capital. A capital é sempre a capital. Mas nós não somos a capital e o que a lei diz é conselho local de habitação. Efetivamente, penso que faz falta*

e que a lei de bases se o prevê, nós devemos avançar para a sua criação com toda a vantagem pela complexidade, pelo carácter heterogéneo do nosso território, pela multiplicidade de realidades habitacionais que temos no nosso território, pelo quadro de dificuldade que sabemos que existe na população em encontrar soluções para resolver os seus problemas de habitação. Portanto, justifica-se no plano político, a criação de um conselho local de habitação, o artigo 20º, quadro da lei de bases prevê, o artigo 19º enquadra quais são as possibilidades de composição desse mesmo Concelho. E também esta mesma lei diz que cabe à Câmara apresentar uma proposta de conselho local de habitação, a respetiva composição do mesmo e submeter essa proposta à Assembleia Municipal. É este o quadro, e é este o enquadramento da lei de bases, não é outro. -----

Efetivamente, não me parece mal em qualquer circunstância que não tendo ainda até hoje havido iniciativa da Câmara Municipal nesta direção, que possa um grupo político ou um deputado municipal fazer uma recomendação no sentido de que a Câmara Municipal, possa criar o conselho local de habitação. Nós, CDU se fôssemos os autores de uma recomendação neste sentido, era este o enquadramento que teríamos feito. Não era o enquadramento que está feito na proposta que o Bloco aqui apresenta. Parece-nos que de facto vai para lá nalgumas áreas, vai para lá do enquadramento da lei de bases e outras áreas abandona por completo, estando, apesar de tudo, previstas na lei de bases, porque o conselho local de habitação não se faz apenas para tratar da habitação pública ou da habitação social, faz-se para tratar de todos os aspetos da habitação. Portanto, é de facto, a questão em qualquer circunstância, entendendo nós que é útil a existência do conselho local de habitação. Que pela dimensão que o problema atinge neste Concelho, é urgente e necessário. Nós não nos opomos a esta recomendação, pese embora e volte a repetir, se fôssemos os autores da mesma, o texto não era de facto este. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), questionou o senhor deputado municipal do CHEGA, se concordava com a existência do Conselho Municipal da Educação, mencionando que também existe uma comissão especializada da Assembleia Municipal que trata da matéria da educação. Assim, argumentou que, se a sua posição fosse a favor da existência do Conselho Municipal de Educação, o seu argumento poderia ser considerado inconsistente. -----

Em relação à carta municipal da habitação, explicou que, como esta ainda não estava completamente finalizada, estava a ser proposto que, quando passasse para a fase de consulta pública, o conselho municipal da habitação pudesse debater as propostas apresentadas e já formatar uma proposta para a Câmara Municipal, sendo que o conselho seria sempre presidido por um membro do executivo, neste caso a Senhora Vice-Presidente. -----

Em resposta à CDU, afirmou que, se tivesse sido a CDU a elaborar a proposta, o que não fez, e que estava totalmente disponível para receber propostas de alteração, as quais também não recebeu. Negou que a recomendação se restringisse apenas à habitação social, reiterando que essa afirmação não estava correta de acordo com o que estava escrito na mesma. Repetiu que estava aberta a receber propostas de alteração, mas criticou o argumento de que a proposta

era extemporânea ou que não havia uma carta municipal de habitação, realçando que era exatamente porque a carta ainda não existia que aprová-la agora era pertinente. Para concluir, afirmou que, embora a recomendação tenha sido aprovada, isso não significava que desapareceria com o término do mandato, pois as recomendações continuariam a existir e a Câmara teria acesso a elas. Referiu ter todo o gosto de apresentar novamente a recomendação e perguntou se havia alguma proposta de alteração por parte da CDU. -----

- Armando Manuel Pedroso Militão (PPD/PSD), demonstrou as suas dúvidas e preocupações em relação à recomendação apresentada, realçando a contribuição no debate da deputada municipal Fátima Amaral. Reconheceu que Fátima Amaral tem razão em alguns aspetos, especialmente na referência ao que está previsto na legislação relacionada ao Conselho Local de Habitação, que é da competência da Câmara Municipal. Questionou a composição desse conselho, referindo que a Câmara Municipal é responsável por defini-la e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal. Levantou a preocupação de que a recomendação em discussão não contempla adequadamente todos os *stakeholders* (partes interessadas) relevantes do setor privado, como os promotores de habitação, sugerindo que a proposta não reconhece a importância desses atores.-----

Ao mencionar as "organizações da sociedade civil" citadas na recomendação, questionou a definição e a relevância dessas organizações em relação à promoção da habitação. Disse que a recomendação deveria ter uma abordagem mais clara e específica, incluindo quem são as entidades que podem ser convocadas e qual a sua importância. -----

Destacou particularmente um ponto no qual a recomendação permite que sejam convidados representantes do Governo ou personalidades reconhecidas no setor, mas não ficou claro quem devem ser exatamente essas figuras. Referiu a necessidade de uma definição mais precisa dessas entidades e de quem realmente deve participar do conselho.-----

Além disso, mencionou que as recomendações, embora não desapareçam, podem acabar por ser negligenciadas, se não forem adequadamente formuladas e alinhadas com a legislação vigente. Concluiu que, por não corresponder ao que está previsto na lei, a recomendação poderia ser considerada ineficaz ou até mesmo desvirtuada. A intervenção reflete uma preocupação com a eficácia e a implementação prática das recomendações no âmbito da habitação, bem como um chamado à clareza e à responsabilidade na elaboração de políticas públicas. -----

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS), afirmou que o PS mantinha a sua posição de coerência porque aquele documento já havia sido classificado como extemporâneo. Quando a carta municipal de habitação fosse apresentada, haveria um momento de discussão pública e de aprovação na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, sendo, portanto, um documento que permitia pluralidade de discussão. Acrescentou que esse processo seria muito mais

abrangente e que, eventualmente, seria nesse momento que se apresentaria a criação do referido Conselho.-----

Em resposta à CDU, mencionou que tinha apreciado ouvir a senhora deputada municipal Fátima Amaral, mas lamentou que, como disse o deputado municipal Armando Militão, as recomendações e as moções acabavam por se dissipar no ar. Explicou que antes da aprovação da lei de bases, em 3 de setembro de 2019, o Partido Socialista, na 34ª reunião ordinária da Câmara, realizada em 27 de março de 2019, havia apresentado uma moção para a criação desse conselho, que também foi subscrita pela senhora Vice-Presidente, então Presidente em exercício e essa moção foi aprovada por unanimidade e, segundo ele, o resultado era conhecido por todos. -----

Referiu que não havia necessidade de criar figuras de estilo retóricas sobre a posição do partido em relação ao direito à habitação, um direito constitucionalmente consagrado. Criticou a CDU, questionando se o Partido Comunista esquecia a história, especialmente em relação à posição manifestada pela deputada municipal Fátima Amaral sobre a urgência da criação do Conselho. Perguntou porque é que a CDU, na gestão da Câmara em 2019, não tomou nenhuma ação após a aprovação unânime da moção apresentada pelo Partido Socialista e subscrita pela atual Presidente em exercício, e agora apresentava-se como se tivesse uma posição favorável.-----

Afirmou que se o Bloco de Esquerda apresentasse algo, a CDU votava a favor, e se fosse a CDU a apresentar, o Bloco de Esquerda também votava a favor, o que, segundo ele, era uma colagem que não poderia existir na dialética política mais pura e alinhada com os deveres democráticos, não apenas da república de Loures, mas da República de Portugal, até o momento. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), afirmou que realmente a proposta havia sido aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal, mas o executivo municipal não havia dado seguimento à recomendação, assim como a grande maioria das recomendações apresentadas, geralmente não é seguida por qualquer executivo municipal. Questionou o real empenho do executivo, uma vez que estavam no final de quatro anos, período em que poderiam ter tomado essas ações. --
Referiu que não valia a pena ficar a repetir o que outros não haviam feito, e que de momento estava a ser apresentada uma proposta extemporânea. A questão central, segundo ela, era que nunca teriam elaborado o texto da forma como estava, pois, consideravam que não estava de acordo com a rigorosidade da lei de bases da habitação. No entanto, defendeu a criação do conselho local de habitação, afirmando que isso era necessário e que o conselho teria funções que seriam benéficas para os instrumentos já discutidos, como a carta municipal de habitação e outras questões em que poderia intervir de maneira vantajosa. -----

Acrescentou que não haveria problema algum se o conselho local de habitação não estivesse presente no município, assim como não existia na grande maioria dos municípios do país. Para ela, a inexistência do conselho não impedia que políticas corretas em relação à habitação fossem implementadas, e não tinha dúvidas quanto a isso. Destacou que os projetos políticos

dependiam do empenho de cada força política que estava à frente do município em cada momento, além de outras condições objetivas, incluindo as financeiras. -----

Esclareceu que, embora não inviabilizassem o documento apresentado, se o fizessem, não seria com o atual enquadramento, o texto ou as competências atribuídas, que excediam o que a própria lei previa. Por fim, deu nota que a proposta era uma recomendação e tinha a força que tinha, nada além disso.-----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), começou por dar alguns contributos sobre a resposta ao que foi dito pelo eleito do Partido Socialista, destacando que a Assembleia Municipal não opera como a Assembleia da República, pois não há um término de legislaturas e as deliberações aprovadas mantêm a sua validade. Reforçou que, se as deliberações perdessem validade, isso afetaria todas as decisões tomadas na ordem do dia, mas essa situação não se aplicava à Assembleia Municipal. -----

Referiu-se à questão da recomendação aprovada, mencionando que uma moção tinha sido aprovada por unanimidade em reunião de Câmara, mas não foi concretizada. Questionou se o Partido Socialista havia mudado de posição em relação à pertinência da criação do Conselho Municipal de Habitação, uma vez que agora manifestava a intenção de votar contra a recomendação da Assembleia Municipal que propunha a criação desse conselho.-----

Esclareceu que a Câmara Municipal é responsável por propor a criação do conselho, incluindo a sua constituição, composição e competências. A Assembleia Municipal teria então a função de deliberar sobre essa proposta, sendo que as recomendações feitas na sua sede são apenas isso: recomendações, que não obrigam a Câmara a cumprir exatamente como foram apresentadas. Destacou que a sua camarada Fátima Amaral reconheceu que, apesar de ter uma visão diferente sobre a criação do Conselho, entendia o espírito da proposta e estava disposta a apoiá-la. -----

Por fim, deu nota sobre a dinâmica política, mencionando que era interessante ver como o Partido Socialista parecia eleger a CDU como o seu principal adversário, independentemente de quem estivesse a propor a criação do conselho. Essa reflexão sugeria uma crítica ao foco político do Partido Socialista em contrapor a CDU, independentemente do contexto da proposta. -----

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS), fez uma intervenção final, realçando a relevância de uma proposta apresentada pelo Partido Socialista em 2019, que considerou oportuna dado que na altura se estava a construir a estratégia local de habitação. Destacou que, apesar da lei de bases ter sido aprovada em setembro daquele ano, a proposta do Partido Socialista foi pertinente antes mesmo da sua aprovação.-----

Em seguida, comentou sobre as recomendações e expressou a sua apreciação pela explicação do representante do Partido Socialista, mas disse que todos na assembleia estavam cientes do que isso significava. Ainda trouxe à tona uma moção que foi aprovada por unanimidade, incluindo o apoio da CDU, mas que, segundo ele, não foi seguida de ações pela Câmara Municipal

liderada pela CDU, que, segundo as suas palavras, "deixou-a cair" e "não fez rigorosamente nada" a respeito, o que ocorreu a meio do mandato. -----

Por fim, deu nota sobre a questão dos ataques à CDU, mencionando que, por uma questão de elegância, não se referiria ao Bloco de Esquerda, mas deixou a porta aberta para que, se fosse desejado, o tempo fosse concedido ao Bloco para responder. Essa última parte sugeria que estava ciente das dinâmicas políticas em curso e da importância de manter um certo nível de respeito nas discussões, mesmo em meio a desavenças. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Loures, em exercício, disse que iriam passar à votação, por não haver mais pedidos de intervenção. -----

- REJEITADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 15 VOTOS A FAVOR (13 CDU, BE E PAN), 6 ABSTENÇÕES DO PPD/PSD E 20 VOTOS CONTRA (17 PS, 2 CH E IL) - 41 PRESENCAS.

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- Rita Lage Sarrico (BE): *O Bloco de Esquerda lamenta a rejeição desta proposta, ainda para mais com alguns dos argumentos que foram apresentados e estou segura da sua viabilidade e da sua legalidade, até porque foi usada, foi baseada e foi redigida com base em regulamentos de conselhos municipais de executivos do PSD e do PS, em várias vezes por proposta da CDU.* -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), solicitou que a sua primeira intervenção fosse convertida em declaração de voto. (página 7) -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), solicitou igualmente que a sua intervenção fosse convertida em declaração de voto. (página 5) -----

- João António Leal Cruz Franco (PS): *O Partido Socialista votou contra a presente recomendação, uma vez que esta, é a última sessão da Assembleia Municipal do presente mandato e não obstante a aplicação do princípio da continuidade dos mandatos, não faz sentido estar desde já a impor-se uma agenda para a próxima composição da Assembleia Municipal.* -----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, deu entrada ao “Período de Intervenção do Público”, passando a chamar os munícipes em função da sua ordem de inscrição. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

- Intervieram neste período três (3) munícipes: -----

- Mário de Jesus Lopes, expressou a sua emoção em relação à inauguração da requalificação do Jardim Doutor João Gomes Patação, em Moscavide, um local que, segundo ele, era apenas um monte de terra quando chegou à cidade. Destacou a importância daquele momento, não apenas para si, mas para a comunidade, sublinhando o progresso que foi feito ao longo dos anos.

Fez um agradecimento geral, realçando o seu orgulho em ter um currículo relevante e em residir no Concelho de Loures. Durante o tempo restante que tinha, mencionou a diferença na condução das assembleias, elogiando a liberdade de expressão na Assembleia Municipal de Loures, onde as vozes não são cortadas, em contradição com a situação na Assembleia da República. -----

Em reflexão sobre a democracia, manifestou preocupação com a diminuição da participação do público, questionando a presença reduzida de cidadãos na assembleia e afirmando que a democracia está doente. Lembrou que os princípios que regem a República e os valores éticos não devem ser esquecidos e que é fundamental lutar contra qualquer forma de autoritarismo ou ditadura. -----

Concluiu a sua intervenção, elogiando a liderança de Susana Amador e João Paulo Simões, afirmando que eles respeitam a democracia ao não censurarem a palavra e permitindo a livre expressão. Deixou uma mensagem clara: a participação cidadã e o respeito pelas vozes na política são essenciais para manter a verdadeira democracia. -----

- Rui Miguel Mendes Fernandes Falé, falou da sua frustração com a falta de progresso num assunto que já se estende há seis meses, especificamente sobre um incidente que ocorreu em 20 de março devido à depressão Martinho, que afetou a área de Loures. Relatou que uma árvore caiu sobre a sua viatura na Avenida João Branco Núncio, levando-o a acreditar que o processo de reparação seria simples, dado que tinha toda a documentação necessária para comprovar o ocorrido. -----

Após enviar um e-mail à Câmara Municipal de Loures, no dia 26 de março, que incluía o auto da polícia, documentos e um orçamento de reparação, foi-lhe solicitado para fornecer informações adicionais em 10 de abril, o que fez prontamente. No entanto, em 7 de maio, recebeu uma resposta da companhia de seguros Fidelidade, que se recusou a indemnizá-lo, alegando que o incidente foi causado por condições meteorológicas adversas, caracterizando-o como um caso de força maior. -----

Ironizou a justificativa da seguradora, destacando que o objetivo dos seguros é cobrir situações imprevistas e que, naquele caso, a recusa da indemnização parecia-lhe injusta. Em 1 de junho, ele apresentou uma contestação ao processo, argumentando que a força maior não deveria ser usada pela seguradora para eximir a responsabilidade civil dos envolvidos. -----

A sua intervenção realçou não só a dificuldade enfrentada em lidar com a burocracia e a resposta das entidades envolvidas, mas também uma certa incredulidade em relação à incapacidade da Câmara Municipal de Loures em resolver questões que afetam diretamente os munícipes. A

situação exemplifica a frustração com a falta de respostas e a necessidade de mais transparência e eficiência na gestão de problemas que impactam a vida dos cidadãos. -----

Dando continuidade em relatar a evolução do seu caso e apresentando novas provas fotográficas da árvore que caiu sobre sua viatura ele documentou o estado da árvore antes e depois do incidente, evidenciando que estava numa condição precária, o que representava um risco iminente, independentemente das circunstâncias da tempestade. -----

Em 3 de junho, os serviços da Câmara Municipal solicitaram ao mediador que diligenciasse junto à seguradora Fidelidade, uma reapreciação da situação. Em 20 de junho, a seguradora pediu um relatório fitossanitário da árvore e um parecer técnico. No mesmo dia, a Câmara Municipal informou que não havia boletins fitossanitários ou análises de risco relacionadas ao sinistro. O parecer técnico enviado consistia em três frases de três técnicos, sem qualquer sustentação factual. -----

Contestou essa falta de rigor, argumentando que as considerações eram genéricas e não ofereciam uma avaliação concreta do estado da árvore. Reivindicou o seu direito à informação administrativa e solicitou o relatório técnico, registos de inspeção ou manutenção que pudessem comprovar a saúde e a estabilidade da árvore. Após insistências, em agosto, a Câmara finalmente comunicou que não havia avaliações técnicas antes da queda da árvore. -----

Numa nova contestação, apresentada em 19 de agosto, destacou a incongruência entre o parecer técnico e a ausência de documentos que comprovassem a monitorização e a manutenção da árvore. Considerou isso uma violação grave do dever de zelo da autarquia em relação à gestão do espaço público.

Concluiu a sua intervenção lamentando que, seis meses após o incidente, a sua viatura ainda apresentava danos, com plásticos improvisadamente colados à espera de uma resolução por parte do executivo municipal. Ele evidenciou não apenas a luta pela reparação dos danos materiais, mas também questionou a responsabilidade da Câmara Municipal em garantir a segurança e a manutenção do espaço público, realçando a importância da transparência e da eficácia na comunicação entre as autoridades e os cidadãos. -----

- João Soares Resa, iniciou a sua intervenção, agradecendo aos funcionários da Assembleia, reconhecendo o esforço e dedicação ao longo dos anos, especialmente aqueles que estiveram presentes durante dezasseis anos. Agradeceu também pela atenção que recebeu durante aquele mandato.-----

Em seguida, abordou a questão da guerra na Ucrânia, criticando a postura da Europa, que, segundo ele, apenas financia o conflito e comentou sobre a decisão de Loures de projetar a bandeira da Ucrânia, considerando essa ação um "erro enorme" e insinuando que o assunto não foi mais discutido após essa decisão.-----

Também trouxe à tona a questão da representação do povo pela Assembleia, realçando que, apesar de enviar perguntas à Câmara, não recebeu respostas, o que considera um problema sério. Lamentou a falta de *feedback* e expressou a sua insatisfação com a ausência de respostas

durante todo o mandato, afirmando que a Assembleia deveria ter uma maior preocupação em assegurar que as respostas prometidas pela Câmara fossem realmente fornecidas.-----

Questionou se sua opinião estava a ser ouvida e respeitada, afirmando que, em muitas situações, não recebeu retorno, o que o deixou frustrado. Mencionou que o princípio de direitos e deveres iguais para todos deve ser respeitado, insinuando que não estava a ser tratado de forma justa no processo legislativo. Mencionou seu direito a receber respostas das autoridades municipais quando se oferece a oportunidade de diálogo, como em reuniões ou quando se coletam contatos dos munícipes. -----

Também criticou a redução do tempo de intervenção do público nas assembleias, referindo que, durante o mandato anterior, o tempo foi diminuído unanimemente pelos partidos, o que considera injusto. Lamentou a falta de respeito para com os cidadãos que se encontravam em situações vulneráveis, mencionando que foram desencorajados durante as suas intervenções. Destacou que possui ideias e propostas e questionou sobre a falta de um parque de estacionamento para motos na Assembleia, afirmando que os visitantes que usam motorizadas também têm o direito a um espaço adequado. -----

Sobre uma viagem ao Parlamento Europeu, solicitou mais transparência, perguntando qual era o deputado europeu que ofereceu a viagem e como são escolhidos os participantes, incluindo técnicos e outros. -----

Expressou preocupação sobre a capacidade da Câmara em cumprir prazos relacionados à habitação, especialmente com o fim do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) a aproximar-se, questionando se conseguiriam construir as moradias prometidas em apenas quinze meses. Também mencionou a importância de indicar terrenos disponíveis para cooperativas de habitação em Loures, apontando que isso nunca foi feito. Questionou sobre o edifício da Tranquilidade, em Santo António dos Cavaleiros, perguntando se o fundo que adquiriu o imóvel paga IMI e solicitou atualizações sobre o andamento das obras do projeto "Romeu e Julieta". Terminou a sua intervenção reiterando que, se suas perguntas estavam a gerar descontentamento, considerava isso um sinal positivo, indicando que está no caminho certo ao levantar essas questões. Exigiu uma maior responsabilidade e transparência das autoridades municipais. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, passou a palavra ao Executivo para poderem ser prestados esclarecimentos. -----

- O Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias, começou por agradecer as questões levantadas e a exposição apresentada pelo munícipe Rui Miguel. Informou que acionaram imediatamente o seguro e que continuavam a aguardar a resposta, referindo que sempre que há uma reclamação ou a necessidade de uma reapreciação, a Câmara tem agilizado ao máximo o processo. -----

Mencionou que estão a aguardar o último pedido de reapreciação relacionado a esse caso específico e destacou que já está em articulação com o senhor vereador Nelson Batista para

avaliar de forma mais efetiva a execução ou a existência do relatório fitossanitário da árvore em questão. Referiu que deve haver um relatório, visto que foi realizado um inventário de todo o arvoredo urbano no município de Loures. Finalizou, afirmando que assim que obtiverem a resposta sobre o relatório fitossanitário, entrarão em contato com o senhor município, demonstrando um compromisso com a resolução da situação e a comunicação transparente sobre o progresso do processo.

--- Seguidamente foi dado início ao “Período da Ordem do Dia”.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO UM

Proposta n.º 445/2025 – Desafetação do domínio privado municipal para afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Rua das Amálias, Barro, freguesia de Loures (Proc. N.º 72027/URB_L_E/2022). (Deliberação nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal

- O Segundo Secretário da Mesa, em exercício, João Pedro da Silva Mendes dos Santos Ferreira (PS), solicitou escusa naquele ponto.

- Não se verificaram intervenções neste ponto.

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR (14 PS, 6 PPD/PSD, 2 CH, IL E PAN), 1 ABSTENÇÃO DO BE E 13 VOTOS CONTRA DA CDU - 38 PRESENCAS.

PONTO DOIS

Proposta n.º 513/2025 – Redução de 20% das Taxas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar a prédios urbanos arrendados e inseridos nas Áreas de Reabilitação Urbana, no Concelho de Loures (Deliberação nos termos do disposto no artigo 112.º do CIMI e da alínea a2) da proposta de deliberação n.º 725/2024, aprovada na 13.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal, realizada em 25/11/2024 e na 1.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 12/12/2024). Proposta da Câmara Municipal.

- Não se verificaram intervenções neste ponto.

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 37 VOTOS A FAVOR (15 PS, 13 CDU, 6 PPD/PSD, BE, IL E PAN) E 2 VOTOS CONTRA DO CH - 39 PRESENCAS**-----

- Pelo deputado municipal Luís Filipe Pereira Direitinho (CH) foi proferida a seguinte declaração de voto: *Naturalmente que o nosso sentido de voto, não é contra a descida dos impostos, até porque qualquer descida de imposto que exista é bem-vinda num país em que, de facto, os portugueses estão completamente afogados de impostos e infelizmente, muitas vezes o próprio rendimento não chega ao final do mês para cumprir com as suas obrigações fiscais.* -----

O sentido de voto está relacionado com o próprio IMI, que o Chega considera completamente ridículo continuar a ser cobrado. Portanto, uma pessoa compra uma casa, paga os impostos, paga as taxas associadas à compra desse mesmo imóvel e, portanto, o município não tem encargos com esses imóveis dos privados. A manutenção é toda levada a cabo pelos mesmos, pelo que naturalmente, esse é o nosso sentido de voto. -----

Acresce ainda que há sempre a possibilidade de um município cifrar o imposto na taxa mínima, que é o 0,3%. Abaixo disso, já terá naturalmente que ser da competência da Assembleia da República e, portanto, entendemos que este imposto devia ser abolido. Não sendo possível, o município de Loures deveria decifrar o mesmo imposto na taxa mínima que é legalmente permitida, que é a 0,3. -----

PONTO TRÊS -----

Proposta n.º 550/2025 – Projeto de Regulamento de Funcionamento da Academia dos Saberes (Aprovação ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Não se verificaram intervenções neste ponto. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 39 PRESENCAS.** -----

PONTO QUATRO -----

Proposta n.º 571/2025 – Projeto de Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Loures (Aprovação ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Não se verificaram intervenções neste ponto. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR (15 PS, 6 PPD/PSD, 2 CH, BE, IL E PAN) E 12 ABSTENÇÕES DA CDU – 38 PRESENCAS.** -----

----- **PONTO CINCO**-----

Proposta n.º 593/2025 – Quarta Alteração ao Regulamento Municipal de Habitação do Município de Loures (Aprovação ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Não se verificaram intervenções neste ponto. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 36 VOTOS A FAVOR (15 PS, 6 PPD/PSD, 13 CDU, BE E PAN) E 3 ABSTENÇÕES (2 CH E IL) - 39 PRESENCAS.** -----

----- **PONTO SEIS**-----

Relatórios de Atividade do ano de 2025 das Comissões Especializadas da Assembleia Municipal (Apreciação e deliberação nos termos do n.º 8 e n.º 9, do artigo 58.º do Regimento da Assembleia Municipal). -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, perguntou aos senhores coordenadores das respetivas comissões se queriam fazer alguma apresentação, iniciando pela **Comissão do Território, Mobilidade, Urbanismo, Habitação e Turismo**, coordenada pela senhora deputada municipal Sara Gonçalves (PPD/PSD). -----

- Sara Raquel Bordalo Gonçalves (PPD/PSD), começou por destacar o trabalho da Comissão do Território, Mobilidade, Urbanismo, Habitação e Turismo ao longo de 2025, mencionando que a comissão reuniu em quinze sessões de trabalho, com uma participação ativa e construtiva da maioria das forças políticas. Realçou que, além de cumprir o seu plano de atividades, a Comissão teve um papel importante na apreciação de matérias de interesse público, destacando a análise de duas petições significativas: uma sobre a sujeição do novo ramo de saída da A1 e outra relacionada ao projeto Bairro Jardim, que levantou preocupações urbanísticas e sociais. -----
Referiu que o trabalho consistente da Comissão reforçou a sua relevância como um espaço para escrutínio, debate e acompanhamento das opções para o território do Concelho. Mencionou que, para o próximo mandato, ainda estão pendentes reuniões com o Metro de Lisboa e com o Executivo Municipal, que são essenciais para o diálogo sobre soluções de mobilidade para o futuro do Concelho.-----

Ao finalizar, aproveitou o momento para agradecer a todos os membros da Comissão, tanto efetivos quanto suplentes, pelo empenho, dedicação e urbanidade com que conduziram os

trabalhos. Como sugestão à Mesa, mencionou que a Comissão continua a receber e-mails, mesmo após o término do mandato, e propôs que esses e-mails, além dos respondidos, sejam encaminhados para os membros da Comissão do próximo mandato.-----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, passou de seguida a palavra ao senhor deputado municipal Luís Filipe Direitinho (CH), coordenador da **Comissão de Economia, Finanças e Património**. -----

- Luis Filipe Pereira Direitinho (Chega), começou antecipando que, antes de apresentar à Assembleia Municipal os trabalhos do ano corrente, a Comissão de Economia, Finanças e Património elaborou uma compilação do exercício do mandato de 2021/2025. Em primeiro lugar, agradeceu aos serviços, especialmente à Rute Reis, pela dedicação, profissionalismo e ajuda demonstrados durante os quatro anos em que a Comissão exerceu seu mandato, reconhecendo que isso contribuiu significativamente para a realização das reuniões e para receber as inúmeras entidades externas. Também fez um agradecimento público a todos os membros da Comissão, tanto efetivos quanto suplentes, realçando a forma respeitosa e cordial com que, apesar das divergências e diferenças ideológicas, contribuíram para a condução dos trabalhos, permitindo assim que chegassem aos resultados que iria apresentar a seguir. -----

Após os agradecimentos, passou ao relatório anual da Comissão de Economia, Finanças e Património, referindo que durante o presente ano, a Comissão reuniu dezasseis vezes, incluindo uma reunião com o responsável pelo pelouro da economia, e outra com Diogo Silva, a qual foi proposta pelo Tiago Silva, da Iniciativa Liberal, sobre um tema que é objeto de uma dissertação de doutoramento sobre melhorias empresariais em distritos ou bairros digitais. -----

Além disso, tiveram uma reunião com a Associação de Defesa do Património Ambiental e Cultural de Santa Iria de Azóia (ADPAC) e com a ADAL, conforme consta das atas e relatórios elaborados durante o ano. Mencionou que, no esboço inicial do plano de atividades, foi aprovado por unanimidade que o ano seria mais voltado para as questões do património em Loures, que, como todos sabiam, é rico em património. Assim, a Comissão dedicou-se a aprofundar assuntos relevantes para o património de Loures. -----

Também fez uma nota sobre o relatório de mandato de 2021/2025, destacando que, nesse período, a Comissão de Economia, Finanças e Património reuniu-se sessenta vezes, das quais mais de quinze foram com entidades externas. Além disso, realizaram duas visitas externas, e a quantidade de reuniões com diversos intervenientes da sociedade civil, incluindo associações e Presidentes de Junta, foi significativa, o que exigiu total disponibilidade. Acrescentou que tiveram cinco reuniões com o executivo e responsáveis pelos pelouros, e referiu que, dada a quantidade de trabalho realizado, que está arquivado e pode ser consultado, foi um mandato muito produtivo.-----

Destacou que o ano foi extremamente desafiador, exigindo objetividade e cuidado na coleta de informações sobre as preocupações e anseios das entidades com as quais se reuniram. Falou da

importância de fazer recomendações para o próximo mandato, considerando que algumas reuniões ficaram pendentes devido a conflitos de agenda, tanto da comissão quanto de entidades externas. Sugeriu que, em caso de impossibilidade de presença dos responsáveis dos pelouros, fosse disponibilizada, pelo menos trimestralmente, a documentação relevante às comissões, pois isso garantiria que a informação pudesse ser analisada e escrutinada, mesmo quando não houvesse a possibilidade de reuniões diretas. -----

Além disso, realçou a necessidade de maior cooperação entre as comissões, reconhecendo que, embora cada comissão tenha os seus objetos bem definidos, muitas vezes os temas abordados transcendiam as áreas específicas, requerendo reuniões conjuntas. Aproveitou para agradecer aos coordenadores que trabalharam arduamente nessas colaborações. -----

Recomendou o reforço na digitalização dos processos de acompanhamento financeiro. No contexto da Comissão de Economia, Finanças e Património, sugeriu a criação de um plano estratégico para a valorização do património em Loures, um tema que foi amplamente discutido na comissão. -----

Por fim, destacou a importância de fortalecer a articulação entre a Comissão e os diversos órgãos do executivo. Manifestou confiança de que o trabalho desenvolvido pela Comissão de Economia, Finanças e Património dignificou a Assembleia Municipal, realçando a relevância e a honra do trabalho que realizaram durante o mandato de 2021-2025. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Loures, em exercício, passou de seguida a palavra à coordenadora da **Comissão de Assuntos Sociais, Inclusão, Igualdade e Cidadania**, a deputada municipal Tânia Mateus (CDU). -----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), afirmou que não iria fazer uma apresentação exaustiva além do que estava registado no relatório de atividades da Comissão entre os meses de janeiro e setembro, que era o que era possível produzir até aquele momento, já que tinha a perspetiva de que a Assembleia não cessava funções. Deu nota que as comissões também não cessavam e que, até à posse da nova composição da Assembleia Municipal, certamente haveria mais reuniões e matérias a serem discutidas. Valorizou todo o apoio que os serviços administrativos prestaram à Comissão pela sua diligência, por ir um pouco além e pela preocupação e dedicação, agradecendo em nome de todos os membros da Comissão. Além disso, valorizou a participação de todos os membros de forma empenhada nas várias reuniões realizadas. Embora não tenham sido muitas, sempre procuraram conciliar e optaram pela modalidade online, pois isso simplificava a participação e a intervenção. De alguma forma, a Comissão funcionou dentro do que era normal considerando as competências da Assembleia Municipal.-----

- Foi dada a palavra à deputada municipal Rita Sarrico (BE), enquanto coordenadora da **Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Desporto**. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), mencionou que também não iria fazer uma apresentação exaustiva do relatório, mas apenas deixaria algumas conclusões e considerações. A principal consideração, segundo ela, era que a Comissão, por englobar a pasta da educação, acabou por ficar muito centrada nessa área, o que foi difícil de evitar. Por um lado, comentou que foi bom que isso tenha acontecido, mas, por outro lado, prejudicou a intervenção nas áreas da juventude, cultura e desporto. Ao longo do mandato, conseguiram reunir com entidades e agentes desportivos e culturais a nível da juventude, embora essa fosse a área em que conseguiram intervir menos. Explicou que isso deveu-se a dois motivos: primeiro, porque a juventude interliga-se com as outras áreas nas quais intervieram, e segundo, porque a educação consumiu grande parte do tempo disponível. -----

No entanto, destacou que realizaram várias reuniões com direções de agrupamentos escolares e associações de pais, além de encontros com peticionários e representantes do executivo em matérias de educação. Produziram requerimentos e conclusões que acreditam ser bastante construtivas para os trabalhos no município. Recomendou para o próximo mandato, em primeiro lugar, a necessidade de alargar a intervenção da Comissão além da educação, algo que nem sempre foi possível. Em segundo lugar, sugeriu uma maior articulação, especialmente na parte da educação, que está sob a responsabilidade do senhor Presidente da Câmara, o que traz limitações à agenda, mas espera que possa existir uma melhor comunicação e participação com quem tem essa responsabilidade. -----

Também manifestou a importância de haver uma maior interligação entre as várias comissões, uma vez que diferentes temas se cruzam em várias áreas simultaneamente. Disse esperar que o projeto da Assembleia Municipal Jovem se mantenha e que a Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Desporto tenha um papel maior e de mais envolvimento nesse projeto. -- Além disso, fez vários agradecimentos, começando pelos serviços, especialmente à Rute Reis, reconhecendo que o trabalho feito por ela é invisível, mas muito importante, e que o funcionamento das comissões não teria sido o mesmo sem o seu olhar atento, compromisso e disponibilidade. Também agradeceu ao Vice-Coordenador da Comissão, Bernardo Barbosa, do PSD, pela ajuda e colaboração na coordenação dos trabalhos, e a todos os membros que estiveram presentes, tanto efetivos quanto substitutos, incluindo aqueles que já não estão em funções no mandato. Destacou a importância de agradecer à Tânia Portela, Pedro Santos, Ana Raimundo e Maria Manuela Dias, que contribuíram significativamente para a Comissão. Também agradeceu ao deputado municipal Pedro Almeida, Tiago Silva e Bruno Simão, assim como à Soraia Ossman, que foi substituída a meio do mandato. -----

Expressou que lhe deu muito prazer coordenar a Comissão e referiu que a coordenação foi bastante partilhada, agradecendo a disponibilidade e compreensão de todos os membros, especialmente em momentos difíceis da sua vida. Disse estar grata, destacando que, assim como nas outras comissões, sempre houve debates e um trabalho muito elevado e civilizado. Mencionou que esteve presente em todas as comissões e que aquela foi a Comissão onde sentiu um ambiente mais fraterno e de maior partilha, especialmente por parte da Tânia Portela.

Agradeceu pelo importante trabalho realizado e realçou que aprendeu bastante com todos os membros, durante as reuniões e os trabalhos que tiveram, e também afirmou que cresceu como pessoa por ter assumido aquele papel. -----

- Seguidamente, usou da palavra o deputado municipal Pedro Santos (PAN), enquanto coordenador da **Comissão de Ambiente, Qualidade de Vida, Recursos Naturais e Animais**. ----

- Pedro Miguel Guerreiro Nunes dos Santos (PAN), mencionou que, naquele ano, a Comissão de Ambiente, Qualidade de Vida, Recursos Naturais e Animais reuniu dez vezes e que o plano de atividades da Comissão foi parcialmente cumprido. Restaram temas, como a situação do plano de alterações climáticas e os indicadores, além da reunião sobre o estado do novo CROAL. Deu que, assim como em tudo na vida, fazem planos que, às vezes, não saem como esperavam, pois, surgiram questões mais interessantes e importantes, sendo necessário redirecionar o foco para esses temas. -----

Ao falar sobre o foco da Comissão de Ambiente naquele ano, destacou uma simbiose muito interessante com a Comissão de Território. Começaram logo no início do ano com a reunião sobre a costeira de Loures, na qual obtiveram informações importantes para o tema da sua comissão. Explicou que um dos motivos para a necessidade de readaptar o plano de atividades da Comissão foi a chegada de novos temas, como a betuminosa do bairro de São Francisco e a auscultação da ADAL sobre uma denúncia recebida a respeito do progresso da impermeabilização do solo em Loures. Foi decidido em reunião da Comissão, registar em relatório as denúncias recebidas, mas, devido à falta de agenda, não foi possível dar seguimento no atual mandato. Sugeriu que a próxima Comissão, caso decida, dê o devido seguimento a essas questões. -----

Concordou plenamente com a recomendação feita pela sua colega Sara Gonçalves sobre reencaminhar os e-mails recebidos, que também são muitos por parte da Comissão de Ambiente, para a coordenação do próximo mandato. Agradeceu a todos os membros, destacando que, enquanto deputados únicos, estão presentes em todas as comissões e apesar das diferentes ideologias políticas, o trabalho é impressionante e há uma cordialidade muito boa. Agradeceu a todos os membros da Comissão de Ambiente e a todos os que participaram em substituição. Também expressou a sua gratidão à Rute, elogiando-a como uma funcionária exímia e mencionando que nunca a ouviu queixar-se do excesso de trabalho e devendo ser uma das pessoas que mais o motivou. -----

- Por ausência do coordenador da **Comissão de Descentralização, Freguesias, Fundos Comunitários e Modernização Administrativa**, o Presidente de Junta de Freguesia, Jorge Silva, foi dada a palavra ao vice-coordenador, o Presidente da Junta de Freguesia, António Pombinho. -----

- António Manuel Pombinho Costa Guilherme (Presidente da Junta de Freguesia de Loures), referiu que no ano de 2025, as prioridades definidas pela Comissão foram focadas em três áreas principais: o acompanhamento da execução dos acordos de delegação de competências nas freguesias, o acompanhamento das iniciativas de descentralização de competências e o acompanhamento da relação entre a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) e o Governo, especialmente no que se refere ao acesso das freguesias aos fundos europeus.-----

Destacou duas reuniões que se mostraram particularmente profícuas e importantes: uma com o Presidente da ANAFRE, Nuno Gaudêncio, sobre as questões mencionadas, e outra com o Dr. Filipe Caçapo, que forneceu um conjunto de informações sobre a situação das candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal no âmbito do município.-----

Também realçou o espírito de trabalho construtivo demonstrado entre todos os elementos da Comissão e agradeceu aos participantes por esse espírito colaborativo. Além disso, agradeceu aos serviços de apoio à Assembleia, mencionando especificamente a Rute, o Luís e o António Patoleia, cuja ajuda foi fundamental para o trabalho da Comissão.

Por fim, fez uma última nota em nome do coordenador Jorge Silva, enviando um cumprimento especial ao anterior coordenador da Comissão, Nuno Leitão, que deixou as suas funções na Assembleia Municipal e foi substituído na Comissão pelo Jorge Silva. -----

- Por fim, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Loures, em exercício, referiu que a Comissão de Saúde não apresentou relatório por impossibilidade do seu coordenador, o deputado municipal Pedro Almeida (IL), ficando assim terminada a apresentação dos relatórios das comissões. -----

- Carla Sofia do Carmo Pires (PS), em relação à Comissão de Saúde, expressou o seu descontentamento ao informar que não era possível apresentar um relatório devido à saída do deputado municipal da IL do hemiciclo e da Comissão. Destacou que o deputado municipal sempre deixou a impressão de que retornaria e que os trabalhos, que estavam a progredir bem, continuariam. No entanto, a sua ausência tornou-se permanente e, segundo ela, não houve qualquer comunicação a esse respeito.-----

Além disso, mencionou que o substituto do deputado municipal também não tomou nenhuma iniciativa, o que contribuiu para a inatividade da Comissão de Saúde. Como resultado, lamentou que a Comissão tenha "morrido", refletindo a frustração com a falta de continuidade nos trabalhos e a ausência de um esforço colaborativo para manter a Comissão ativa. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), no seguimento da Comissão de Saúde, mencionou que a Comissão enfrentou uma "doença terrível" devido à falta de liderança e continuidade. Lamentou que a responsabilidade pela situação não recaia apenas sobre um deputado municipal específico, mas realçou que o comportamento do deputado municipal que coordenava a

Comissão, com as suas constantes indecisões sobre a sua permanência, inviabilizou a possibilidade de o vice-coordenador assumir a liderança de forma eficaz.-----

Caracterizou essa situação como uma manobra pouco democrática e muito pouco correta, especialmente num concelho que enfrenta sérios problemas de saúde. Ao longo de um ano, a Comissão permaneceu inativa, o que considerava inaceitável, dado o contexto crítico. -----

Agradeceu aos funcionários da Assembleia pelo apoio contínuo, mesmo diante da ausência de trabalho efetivo por parte da Comissão. Além disso, apelou para que situações semelhantes não se repitam no futuro. Fez uma crítica à interpretação regimental da coordenação da Comissão, afirmando que, segundo as regras, o vice-coordenador deveria assumir em caso de ausência do coordenador, e não um outro deputado municipal indicado pela bancada. Concluiu que essa distorção na prática de trabalho não era aceitável e precisava ser corrigida.-----

- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), em resposta à deputada municipal Fátima Amaral, afirmou que nunca foi designado como substituto de ninguém. Destacou que, sempre que foi solicitado a substituir alguém, ele compareceu e desempenhou as suas funções com dedicação. Referiu confiança no seu trabalho, deixando ao critério dos demais avaliar a sua eficácia.

Acrescentou que, se houvesse um pedido formal para que ele substituísse na Comissão de Saúde ou se não o indicassem como coordenador, ele teria aceitado essa responsabilidade com rigor e prazer. -----

- Tânia Sofia dos Santos Portela (PS), expressou em nome da bancada do Partido Socialista um agradecimento a todas as comissões que participaram do mandato, reconhecendo o esforço conjunto de cada membro nas atividades realizadas. Fez uma menção especial aos serviços da Assembleia Municipal, destacando a Rute e a Laurinda pelo acolhimento e apoio prestados ao longo dos quatro anos, especialmente nas consultas e na pesquisa de informações necessárias para o trabalho com os diversos parceiros.-----

Deu nota que, de maneira geral, todas as comissões funcionaram bem e que os relatórios produzidos foram interessantes e relevantes. Mencionou a importância das comissões para o bom funcionamento da Assembleia e para o acompanhamento das diferentes áreas, especialmente na Comissão de Educação. Elogiou a elevação, o respeito e a colaboração que caracterizaram o trabalho conjunto dos deputados municipais, realçando que foi um prazer pessoal colaborar com todos. -----

A educação foi identificada como um tema central para o concelho, e destacou as reuniões realizadas com o departamento e a direção municipal, que resultaram num entendimento positivo sobre a realidade educacional do concelho. Também deu nota da interconexão entre a educação e a juventude, sublinhando que o trabalho na área educacional é fundamental para o futuro dos jovens. -----

Por fim, apelou para que no próximo mandato, quaisquer que sejam as comissões e os seus membros, todos se esforcem para manter um nível elevado de respeito e colaboração,

lembrando que, embora haja diferenças de ideais e opiniões, todos estão ali para um objetivo comum: o bem da população que representam. Essa postura de elevação e colaboração é vista como essencial para o trabalho que deve ser continuado. -----

- Após as apresentações dos relatórios e agradecimentos, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Loures, em exercício, João Paulo Melo Simões, colocou à votação os relatórios de atividade do ano de 2025 das Comissões Especializadas da Assembleia Municipal. Sugeriu que os relatórios fossem votados em bloco, de forma a agilizar os trabalhos e tendo em conta que não deveria haver objeções a essa proposta. -----

- OS RELATÓRIOS FORAM APROVADOS EM BLOCO, POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 40 PRESENCAS. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), usou da palavra para realçar, por uma questão de preciosismo, que só os relatórios apresentados na sessão é que foram aprovados, uma vez que estava em falta um relatório. -----

----- PONTO OITO -----

Gestão Municipal (Apreciação ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Informação escrita do Presidente da Câmara. -----

- Neste ponto intervieram: -----

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS), questionou o Executivo sobre uma questão apresentada pela deputada municipal Patrícia Almeida na última sessão da Assembleia Municipal, relacionada com algumas exigências que teriam sido feitas por professores do agrupamento de Escola Luís Sttau Monteiro, para que as crianças levassem cobertores, casacos, luvas e coisas do género. Questionou se tal corresponde à verdade, porque realmente é muito dramático. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), mencionou que estiveram reunidos com a AMSAC e deram conta de que fizeram algumas comunicações à Câmara que não tiveram resposta e que estão sem saber o ponto de situação em relação ao novo pavilhão, pelo que questionou se havia algum desenvolvimento em relação a isso. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Loures, em exercício, passou a palavra ao Executivo para poderem prestar esclarecimentos. -----

- A Presidente da Câmara Municipal de Loures, em exercício, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, começou por mencionar as declarações do deputado Miguel Matias sobre o esclarecimento público apresentado pelo professor João Morais, lendo uma parte do comunicado que afirma que “É absolutamente falso que no dia 15 de Setembro ou em qualquer outro momento, tenha sido solicitado ao aconselhado por qualquer professor ou membro do agrupamento que os alunos trouxessem para a escola, cobertores, luvas, casacos ou outro tipo de vestuário adicional para utilização nas salas de aula”. Destacou que essa informação também foi corroborada pelo senhor Presidente da Câmara, confirmando que não havia conhecimento de tal solicitação. Disse ficar admirada com a informação recebida da direção da AMSAC, apontando que mantém uma gestão de portas abertas e que se tem reunido frequentemente com a Presidente da Direção da AMSAC, sem ter recebido nenhum pedido de reunião sobre esse tema. Em relação ao projeto do pavilhão, mencionou que a AMSAC apresentou uma intenção de cobertura do polidesportivo atual. Explicou que, após ouvir o arquiteto responsável pelo estudo, ficou claro que a proposta não atendia aos interesses da freguesia e das escolas locais. Disse que a Câmara Municipal tem um projeto para a construção de um novo pavilhão, que seria maior e multiusos, capaz de atender às necessidades não apenas dos estabelecimentos de ensino, mas também de clubes e eventos maiores, sejam desportivos ou culturais. Esse novo pavilhão, segundo ela, foi discutido numa reunião onde foram evidenciadas as limitações da proposta apresentada pela AMSAC, especialmente em relação à mobilidade e à circulação de viaturas.-----

Por fim, disse lamentar pela manifestação de pedido de reunião ou de resposta da AMSAC, que foi feita através de outra bancada, reafirmando o seu desejo em resolver a situação diretamente com a Presidente da Direção da AMSAC, com quem tem uma relação de trabalho contínua. Sublinhou a importância do diálogo e da transparência, assim como o compromisso em garantir que as necessidades das crianças, jovens e clubes sejam atendidas adequadamente.-----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), mencionou que o deputado municipal Miguel Matias levantou a questão sobre o agrupamento de escolas Luís de Sttau Monteiro e que a Senhora Vice-Presidente, em exercício fez referência ao esclarecimento público sobre as afirmações proferidas pela sua colega Patrícia Almeida. Destacou que, durante a Assembleia em que essas afirmações foram feitas, o Chega, e em particular a Patrícia Almeida, não mencionou o agrupamento de escolas em questão, referindo que esse é um ponto importante. -----

Referiu que o agrupamento foi mencionado por outra força política e expressou a sua perplexidade em relação ao comunicado público emitido pelo diretor do agrupamento, professor João Carlos Morais, afirmando que não entende o alcance nem o sentido desse comunicado, uma vez que o Chega não se referiu ao agrupamento de escolas.-----

Adicionalmente, realçou a importância de que os diretores das escolas se concentrem em garantir o melhor ensino e as melhores condições para os alunos, afirmando que a escola e os seus funcionários devem permanecer alheios à política. Referiu que o foco deve ser nas gerações

futuras e que o ambiente escolar deve ser protegido de interferências políticas. Reafirmou a posição do Chega em relação à educação e à independência das instituições escolares. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), mencionou que não houve nenhuma tomada de posição da sua bancada. Disse que o que realmente aconteceu foi uma reunião no dia quinze daquele mês, e que não tinha conhecimento de quando a senhora Vice-Presidente reuniu. Além disso, você não teve mais nenhum contato após essa reunião. No único contacto que teve foi-lhe transmitido que não haviam recebido algumas respostas ou comunicações relativas ao projeto do pavilhão, e que havia uma alternativa apresentada, a qual seria um pavilhão municipal, onde a AMSAC também pudesse usufruir. -----

Em relação a isso, o que foi questionado e solicitado foi o ponto de situação do projeto do pavilhão, ao qual a senhora Vice-Presidente respondeu. Disse que a situação continuava em aberto e que estava a cumprir o seu papel em trazer as informações pertinentes mesmo sem haver uma posição formalizada da sua bancada.-----

- A Presidente da Câmara Municipal de Loures, em exercício, esclareceu que após uma busca rápida no seu endereço eletrónico, constatou que tinha a reunião agendada, a qual foi realizada em janeiro de 2025. Além disso, encontrou uma resposta da senhora Presidente da AMSAC, que afirmava que, conforme acordado na reunião do dia 21 de janeiro, a AMSAC estava a fornecer uma resposta em relação à proposta apresentada sobre o pavilhão numa futura Cidade do Desporto. Destacou que isso foi o que apresentaram, e parecia claro que o município tinha intenções de prosseguir com esse projeto. Afirmou que não seria a AMSAC a criar qualquer entrave aquele processo, embora entendessem a necessidade de um calendário sobre os prazos concretos da situação. Referiu que a resposta foi dada, conforme mencionado pela senhora deputada municipal. Portanto, houve a apresentação de uma proposta, uma reunião da qual também tinha registo, e recebeu uma resposta formal, encerrando o assunto. Expressou alguma admiração ao ver a direção voltar a colocar a situação em discussão, especialmente por considerar que já havia recebido a devida resposta. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), referiu que ninguém podia concluir que a direção da AMSAC tinha levantado aquela questão, mencionando que havia uma visita no plano partidário. Além disso, um conjunto de questões que lhe foram apresentadas pela deputada municipal estava a ser transmitido nesse contexto em relação à AMSAC. Afirmou que era dentro desse parâmetro que estavam, e não em outro. Realçou que a direção não tinha qualquer posição oficial conhecida em relação a esse problema. Disse não estar a duvidar de ninguém, mas também não achava que poderia ser enviado algum recado à direção da AMSAC, pois isso não teria cabimento. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), mencionou a existência de uma petição a circular para a construção do pavilhão da AMSAC, e a reunião aconteceu com base nessa petição. Disse que também foi enviado pelo BE um e-mail à AMSAC, que os recebeu nas suas instalações. No que diz respeito à petição para a construção do pavilhão, o Bloco de Esquerda não estava a indicar qual era a posição da AMSAC. Além disso, o Bloco de Esquerda não estava a tomar uma posição clara. Comprometeu-se, com base na reunião sobre a petição para a construção do pavilhão, a esclarecer que não se tratava da construção da Cidade do Desporto nem do pavilhão municipal. Afirmou não estar enganada ao afirmar que essa petição era especificamente para a construção do pavilhão da AMSAC e foi nesse contexto que ela participou da reunião, onde não houve nenhuma tomada de posição. O que ocorreu foi um compromisso de uma eleita com uma associação para perguntar ao executivo sobre a situação relativa à petição para a construção do pavilhão. A senhora Vice-Presidente respondeu que já tinha dado uma resposta à associação e que o que iria avançar seria a Cidade do Desporto, o que seria algo mais abrangente. Questionou qual seria a posição ao discutir esse projeto, realçando que o Bloco de Esquerda estaria na sua posição e que, naquele momento, cabia a eles cumprir o papel de eleitos e levar as perguntas ao executivo que foram solicitadas. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Loures, em exercício, mencionou que não havendo mais inscritos para intervir no ponto da gestão municipal, deu por terminada a reunião, passando a palavra à Primeira Secretária, em exercício, para leitura da minuta da ata. -----

--- A Primeira Secretária da Mesa, em exercício, Daniela Romana Monteiro Afonso Matos, leu a minuta da ata, a qual foi aprovada por votação nominal e por unanimidade (41 presenças), ficando a mesma arquivada na pasta dos documentos da presente reunião. -----

- Após a leitura e aprovação da minuta da ata, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, referiu que, independentemente da ausência da Senhora Presidente Susana Amador, como todos os eleitos puderam constatar, foi deixada uma mensagem a todos/as que ia tornar igualmente pública, passando a lê-la: *«Neste final de mandato de 2021/2025, gostaria de agradecer o contributo valioso que deu para o debate democrático e para a função deliberativa e fiscalizadora do órgão executivo, função essa que lhe foi atribuída enquanto membro desta Assembleia Municipal.* -----

A tessitura do sistema democrático carece de órgãos deliberativos plurais, dinâmicos e próximos dos problemas reais das pessoas. -----

Foi essa a nossa missão no seio da nossa pluralidade. -----

O coração da Democracia habita no poder local democrático e sem dúvida esta Assembleia Municipal foi nestes quatro anos o forte sustentáculo desse desiderato. -----

Receba as minhas saudações democráticas e fraternas. -----

A Presidente da Assembleia Municipal, Susana Amador.» -----

- Após ler a mensagem que a senhora Presidente dirigiu a todos os deputados, fez um agradecimento público e pessoal, referindo que ele próprio se revia e não acrescentaria nem mais uma palavra. Em seu nome pessoal, agradeceu quando o incumbiram da função de dirigir os trabalhos, bem como o de Primeiro Secretário. Fez igualmente um agradecimento pessoal a todos os senhores deputados e a todos os munícipes que participaram ativamente na Assembleia. -----

- Seguidamente e por ser a última sessão do Mandato 2021/2025, foram proferidas intervenções por todas as forças políticas e Executivo Municipal, sobre o presente mandato que estava a terminar. Intervieram para o efeito: -----

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS) -----
- Rita Lage Sarrico (BE) -----
- Maria de Fátima Amaral (CDU) -----
- Pedro Miguel Guerreiro Nunes dos Santos (PAN) -----
- Sara Raquel Bordalo Gonçalves (PPD/PSD) -----
- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL) -----
- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH) -----
- Presidente da Câmara Municipal de Loures, em exercício, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, a Presidente da Câmara Municipal de Loures, em exercício, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, os Vereadores, Nelson César Gonçalves Batista, Nuno Ricardo Conceição Dias, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães Bernardo, Vasco António Pinhão Ramos Teles Touguinha e Fernanda Maria Cardoso Santos. -----

--- Eram vinte e duas horas, quando o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, deu por encerrada a reunião. -----

--- A ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 43 PRESENÇAS, SENDO QUE 22 REPRESENTANTES NÃO ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A PRESENTE ATA E NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. A ATA FOI APROVADA NA REUNIÃO DE VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, COM DISPENSA DE LEITURA, DADO TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

A ATA É ASSINADA PELO 1.º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AQUILINO JOSÉ MARQUES VENTURA, -----

E PELA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SUSANA DE FÁTIMA CARVALHO AMADOR,

Rejeitada por maioria

15 F - CDU + BE + PAN

6 A - PSD

20 C - PS + CH + IL

1.ª sessão ordinária
25.09.2025

Bloco de
Esquerda

RECOMENDAÇÃO

Criação do Conselho Municipal da Habitação

Exposição de motivos

O direito à habitação, inscrito no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, permanece longe de ser garantido a muitas famílias do concelho de Loures. O município enfrenta hoje pressões habitacionais significativas, traduzidas no aumento exponencial dos custos relacionados com a habitação, muito acima das possibilidades da maioria da população. A falta de resposta ao elevado número de famílias em lista de espera para habitação municipal, a necessidade urgente de requalificação do parque habitacional existente e o alargamento da oferta de habitação pública são desafios centrais. Acresce ainda o agravamento da precariedade habitacional no concelho e a escassez de respostas a custos acessíveis para jovens e famílias, com impactos diretos na fixação da população e na própria coesão social.

A Lei de Bases da Habitação obriga cada município a elaborar a sua Carta Municipal da Habitação (CMH), instrumento que diagnostica necessidades, planeia respostas e abre caminho ao acesso a financiamento público. O Município de Loures não dispõe ainda deste documento aprovado, embora o executivo refira que está em desenvolvimento. Esta ausência compromete a capacidade de planear políticas consistentes e de captar recursos para dar resposta à urgência habitacional.

Por outro lado, o sucesso das políticas públicas de habitação depende também de uma governação partilhada e participada, onde autarquia, freguesias, assembleia municipal, associações de moradores, cooperativas, organizações de inquilinos e proprietários, entidades sociais e cívicas, universidades, técnicos e cidadãos tenham espaço para contribuir.

É, por isso, necessária a criação de um Conselho Municipal da Habitação de Loures (CMHL) que funcione como órgão consultivo permanente, estruturando o diálogo e garantindo a participação de todos os parceiros relevantes. Este Conselho permitirá assegurar transparência, corresponder às reais necessidades da população e promover uma articulação mais eficaz entre a autarquia, o movimento associativo, o setor cooperativo, o mercado privado e as comunidades locais.

A Assembleia Municipal de Loures, reunida a 25 de setembro de 2025, na sua 4.ª sessão ordinária, delibera recomendar à Câmara Municipal de Loures:

Pl. si



1. Constituição do Conselho Municipal da Habitação de Loures (CMHL) como órgão consultivo permanente para acompanhamento das políticas municipais de habitação;

2. São competências do CMHL:

- o Participar no diagnóstico e planeamento das políticas de habitação do Município;
- o Contribuir para a avaliação e atualização da Estratégia Local de Habitação;
- o Acompanhar e emitir pareceres sobre a elaboração e revisão da Carta Municipal da Habitação;
- o Promover a cooperação entre diferentes níveis institucionais e parceiros sociais;
- o Garantir a transparência e a participação cidadã nas decisões municipais em matéria habitacional;
- o Promover debates públicos e consultas às populações;
- o Emitir recomendações sobre programas, regulamentos, projetos e iniciativas na área da habitação.

3. É composição do CMHL:

O Conselho deverá assegurar a representatividade e diversidade de perspectivas, integrando:

- o Presidente da Câmara ou vereador com pelouro da Habitação, que presidirá;
- o Representantes de cada grupo político com assento na Assembleia Municipal;
- o Representantes das Juntas de Freguesia do concelho;
- o Associações de moradores e/ou representantes de bairros e moradores;
- o Associações de inquilinos e associações de proprietários;
- o Organizações da sociedade civil com intervenção social ou urbanística relevante;



- Técnicos municipais das áreas da habitação, ação social, urbanismo e fiscalização.
4. Poderão ainda ser convidados, como oradores e/ou observadores, representantes do Governo, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), da CCDR-LVT, de universidades, de entidades privadas ou personalidades de reconhecida experiência no setor.
5. Funcionamento:
- O CMHL deverá reunir em sessão plenária, pelo menos, duas vezes por ano;
 - Poderá criar grupos de trabalho temáticos;
 - As recomendações e pareceres aprovados deverão ser remetidos à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal;
 - O Conselho deve adotar regulamento próprio de funcionamento, garantindo regras claras de participação, transparência e publicidade dos seus trabalhos.

A presente recomendação, a ser aprovada, deverá ser remetida às seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Loures;
- Partidos com assento na Assembleia da República;
- Ministério das Infraestruturas e Habitação;
- Juntas de Freguesia do concelho;
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU);
- CCDR-LVT;
- Associações de moradores e demais entidades com intervenção no setor da habitação;
- Comunicação social local, regional e nacional.

Loures, 25 de setembro de 2025,

A eleita do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Loures
Rita Sarrico